

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças no imposto de herança afetam planejamento de contribuintes 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O que muda com as alterações no ITCMD? 5

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto prevê transporte mais moderno com equilíbrio fiscal 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

O aumento de novas fontes de renda e o consumo - SERGIO LAMUCCI 10

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

GPA negocia dívida de R\$ 900 milhões com debenturistas 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Parabéns - APOSENTADOS 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Escalada na tensão global 16

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Petróleo pode ultrapassar US\$ 100 com tensão EUA-Irã e pressionar inflação 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas calculam alta de 2,3% no PIB de 2025 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Ataque dos EUA ao Irã terá impactos na economia global (Editorial) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Guerra eleva incertezas e amplia busca por ativos seguros 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Inquérito das fake news completa sete anos contestado 25

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Em clima de comício, Flávio ataca Lula em manifestação esvaziada 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Comissões que miram Master viram vitrine eleitoral para senadores 29

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS recupera R\$ 561 milhões com ações regressivas contra empresas 31

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiro acima dos 50 que mora em periferia vive mais, trabalha por mais tempo e sustenta economias locais (mercado de trabalho)

..... 33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Quando começa a declaração do Imposto de Renda de 2026? Veja prazos para declarar

..... 35

Mudanças no imposto de herança afetam planejamento de contribuintes

BEATRIZ ROCHA

A Lei Complementar n.º 227/2026, que conclui a regulamentação da **reforma tributária**, foi sancionada neste ano e traz mudanças no Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), popularmente conhecido como imposto de herança. As alterações exigem um planejamento sucessório redobrado por parte dos contribuintes.

A lei traz novidades em relação à forma de cálculo do ITCMD e ao modo de definição das alíquotas do tributo. O imposto incide sobre a transferência de bens e direitos - sejam móveis ou imóveis - em casos de herança ou doação. Cada Estado define suas regras de cobrança e isenção, dentro dos limites previstos na legislação.

Segundo Mérces da Silva Nunes, sócia do Silva Nunes Advogados e especialista em Direito de Família e Direito Tributário, os Estados devem adaptar suas legislações internas às novas regras do ITCMD.

"Enquanto essas mudanças não são feitas, as normas atuais permanecem, mas a cobrança do tributo poderá ser contestada, em razão de sua incompatibilidade com a lei", afirma a advogada.

Para 2026, ela prevê uma "corrida legislativa" nos Estados para adequar o imposto ao novo modelo, sob risco de as leis que não se adaptarem se tornarem inconstitucionais.

As alíquotas do ITCMD deverão ser cobradas num modelo progressivo, ou seja, quem recebe mais, paga mais. Hoje, alguns Estados já adotam essa estrutura.

A diferença é que agora ela passará a ser obrigatória.

Até 2025, São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, usavam porcentagens fixas de 4% e 5%, respectivamente, e terão de mudar suas regras.

Os Estados têm autonomia para definir quais faixas de valores receberão cada alíquota, mas precisam seguir o teto de 8% definido por resolução do Senado. Na prática, famílias com patrimônio maior serão as mais afetadas, e já devem sentir os impactos em inventários e doações a partir de 2027, quando as leis estaduais eventualmente aprovadas e sancionadas em 2026

terão efeito.

"Essa janela de oportunidade pode ser determinante para tornar o planejamento sucessório ainda mais relevante e estratégico em 2026", diz Mérces, do Silva Nunes Advogados.

BENS NO EXTERIOR. A reforma oficializa a cobrança do ITCMD sobre bens e direitos mantidos no exterior. Antes, a tributação fora do País era mais limitada e variava conforme cada caso.

Para o professor Jaylton Lopes Júnior, sócio do escritório Agi Santa Cruz Lopes Advocacia, essa foi uma alteração negativa da **reforma tributária**. "Não conseguimos identificar a **legislação tributária** de todos os países.

Agora, o contribuinte poderá ser tributado duas vezes, no Brasil e no exterior." A lei também traz mudanças na base de cálculo do imposto.

Em caso de transmissão de participação societária, a conta deverá considerar o valor de mercado dos ativos, além do chamado fundo de comércio, que representa eventuais lucros futuros - algo intangível, que deve gerar um dilema na forma de cálculo.

"No regime anterior, muitos Estados consideravam o patrimônio líquido sem qualquer ajuste", afirmam André Carvalho e Claudia Ramos, sócio e associada do escritório Veirano Advogados. "Essa alteração provavelmente incrementará de forma significativa a base de cálculo do ITCMD." Antes da reforma, dívidas contraídas após o falecimento do titular dos bens podiam ser abatidas do patrimônio para fins de cálculo do ITCMD.

Com a mudança, o imposto passa a incidir sobre o patrimônio deixado pelo falecido, descontando apenas as dívidas existentes até a data da morte. "Não interessa mais se o espólio (conjunto de bens e direitos deixados) contraiu novas dívidas após a morte. São consideradas apenas as dívidas existentes até a data da morte", explica o professor Lopes Júnior.

Diante das alterações trazidas pela **reforma tributária**, o cálculo do imposto funcionará da seguinte forma: 1) O contribuinte identifica o valor de mercado do bem ou direito transmitido; 2) Aplica-se a alíquota

correspondente à faixa progressiva estabelecida pelo Estado; 3) O cálculo é feito individualmente para cada beneficiário.

Tomando como exemplo uma herança de R\$ 1 milhão, em um Estado no qual a alíquota do ITCMD seja de 5% para valores acima de R\$ 1 milhão e de 4% para valores abaixo disso: se existirem cinco herdeiros, cada um receberá R\$ 200 mil. Como o imposto é calculado sobre a parcela individual transmitida a cada herdeiro, a alíquota aplicável será de 4%, e não de 5%.

Outro ponto importante: em alguns Estados, as alíquotas do ITCMD são definidas com base em faixas vinculadas às chamadas unidades fiscais estaduais (indexadores usados para atualizar valores de **tributos**). Por isso, o contribuinte não deve estranhar ao encontrar esse termo.

O valor atualizado dessas unidades pode ser consultado no site da Secretaria da Fazenda de cada Estado. I

**

Especialista defende que planejamento deve ser acelerado

Diante das mudanças no radar, especialistas defendem que, quanto antes o contribuinte estruturar o planejamento sucessório, melhor. Uma das alternativas, segundo o professor Lopes Júnior, é antecipar a partilha em vida entre os herdeiros. Ao postergar essa decisão, o próprio bem pode se valorizar ao longo do tempo, ampliando a base de cálculo e, consequentemente, o imposto a pagar.

Qualquer planejamento, no entanto, deve levar em consideração não apenas as regras tributárias em si, mas o perfil do patrimônio e sua utilização na prática, bem como os projetos e objetivos da família a longo prazo. Por isso, a importância de contar com uma assessoria jurídica especializada.

O professor chama atenção para outro ponto: inventários abertos antes da mudança legislativa devem obedecer à lei vigente à época da abertura da sucessão. I B.R

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O que muda com as alterações no ITCMD?

O que muda com as alterações no ITCMD para inventários e doações em São Paulo?

Denis G. Coelho, CFP, responde:

Desde o início de 2026, o ITCMD paulista passa a operar sob uma nova lógica, alinhada à **reforma tributária** e à adaptação da legislação estadual ao novo cenário constitucional. A Emenda Constitucional

o n 132/2023, promulgada em dezembro de 2023, incluiu no art. 155, § 1º, VI, da Constituição Federal a obrigatoriedade de que as alíquotas do ITCMD sejam progressivas em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação. Essa alteração constitucional impõe que os Estados abandonem o modelo de alíquota única e adotem faixas escalonadas conforme a capacidade contributiva do contribuinte, respeitado o teto máximo de 8% fixado pelo Senado.

No caso de São Paulo, a legislação vigente (Lei Estadual 10.705/2000) ainda prevê uma alíquota fixa de 4% sobre transmissões causa mortis e doações, sem qualquer progressividade. Para adequar essa lei à Emenda Constitucional 132/2023, diferentes projetos de lei estaduais - como o PL 7/2024 e o PL 409/2025 - foram apresentados na Assembleia Legislativa (Alesp). Esses projetos visam alterar a Lei 10.705/2000 para introduzir alíquotas progressivas tanto nas doações quanto nas transmissões causa mortis, com faixas variáveis conforme o valor total do patrimônio transmitido.

Especificamente, o PL 7/2024 propõe um regime progressivo que pode alcançar até

8%, respeitando o limite constitucional, com faixas escalonadas de 2% a 8%. Já o PL 409/2025 apresenta uma abordagem mais moderada, com alíquotas progressivas entre 1% e 4%, conforme faixas de valor patrimonial. Ambos buscam atender à progressividade imposta pela Emenda Constitucional 132/2023 e substituir o atual modelo uniforme de 4%. Dada a experiência de Estados como a Bahia, que adota alíquota máxima de 8% a partir de

R\$ 300 mil, e Santa Catarina, cuja alíquota máxima é de 7% a partir de R\$ 180 mil, há forte tendência de que a primeira proposta prevaleça em São Paulo.

Outro impacto obrigatório decorrente dessas mudanças é a avaliação rigorosa dos bens pelo valor de mercado para fins de apuração da base de cálculo

do ITCMD.

Com a progressividade, a determinação precisa do valor de mercado de imóveis, quotas societárias e demais ativos torna-se essencial, reduzindo a margem para subavaliações e reforçando a necessidade de laudos técnicos e critérios objetivos de "valuation" no planejamento patrimonial.

Para o contribuinte, a implantação do Cadastro de Imóveis Brasileiro (CIB) pela

Receita Federal, prevista para 2026, aliada ao cruzamento de informações entre fazendas municipais, estaduais, a própria Receita e os cartórios de registro de imóveis, tende a fechar brechas outrora existentes, tanto em inventários quanto em doações antecipadas. Nesse contexto, exige-se maior atenção e planejamento, evitando a tentação do "jeitinho", sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Essas mudanças - a progressividade das alíquotas nas doações e nas transmissões causa mortis, bem como a exigência de avaliação a valor de mercado - alteram substancialmente o ambiente sucessório, mas não eliminam o planejamento patrimonial. Ao contrário, elevam o nível de exigência técnica das estratégias, especialmente no uso de estruturas de holdings, que continuam oferecendo meios legítimos para organizar a titularidade dos bens, disciplinar a sucessão e administrar transmissões graduais.

Em síntese, a adequação da legislação paulista às novas exigências constitucionais trará maior complexidade ao ITCMD, sem eliminar as possibilidades de organização patrimonial. O que muda é o grau de sofisticação exigido: estruturas como holdings deixam de ser soluções meramente convenientes para se consolidarem como ferramentas essenciais de um planejamento patrimonial sustentável.

Denis G. Coelho é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP

(Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail:

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em

decorrência do uso destas informações. Perguntas
devem ser encaminhadas para:

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Projeto prevê transporte mais moderno com equilíbrio fiscal

DANTE GRECCO

A Câmara dos Deputados aprovou em 9 de fevereiro, em regime de urgência, a proposta de Marco Legal do Transporte Público.

Assim, o Projeto de Lei 3.278/2021, aprovado pelo Senado em 2024, pode ser colocado em votação a qualquer momento pela presidência da Casa sem precisar passar pelas comissões internas. O projeto busca corrigir distorções no setor em relação à sustentabilidade econômica e permitir às prefeituras e aos governos estaduais oferecerem serviços de maior qualidade com tarifas mais acessíveis, sem comprometer o equilíbrio fiscal.

De autoria do ex-senador e atual ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Antonio Anastasia, o PL apresentado ao Congresso em setembro de 2021 reformula regras fundamentais do setor, que vive uma crise estrutural desde antes da pandemia, agravada pela queda de passageiros e de receitas e pelo aumento dos custos operacionais. Além disso, o transporte público tem a demanda de se adaptar à crise climática, com a transição para modais de energia limpa.

Esclareça, a seguir, nove pontos importantes sobre o tema.

1. Por que o Projeto de Lei é importante?

"O Marco Legal do Transporte Público vai criar regras gerais para orientar o planejamento, a regulação, o financiamento e a operação dos serviços de transporte de passageiros no País", diz o relator do projeto na Câmara Federal, deputado José Priante (MDB-PA). "Hoje, em cada cidade há uma regra." Segundo o deputado federal, "a proposta é consolidar o conceito de uma rede única, uma espécie de "Constituição" integrada e intermodal". "Em termos práticos, o modelo é semelhante ao do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual cada município vai organizar e executar os serviços conforme suas necessidades. Mas dentro de diretrizes nacionais." 2. Haverá cobrança de novos **impostos**?

Não. O projeto não tem natureza tributária e não cria novas taxas para o contribuinte. Em fevereiro, surgiram publicações nas redes sociais informando

que o PL do Marco Legal do Transporte Público poderia abrir espaço para a criação de novos **impostos**, como taxa de congestionamento (o chamado pedágio urbano, que, inclusive, já existe em algumas cidades do mundo, como Nova York), taxa de estacionamento, taxa de aplicativos de transporte e até taxa de emissões de veículos.

"No texto do PL aprovado no Senado havia um artigo que previa a possibilidade de criar novos **impostos** para financiar o transporte público. Algumas pessoas divulgaram isso como se nós tivéssemos aprovado o texto assim, o que não é verdade", afirma José Priante.

"Quando fui designado relator do projeto na Câmara, suprimi todo o artigo 30 do texto proveniente do Senado, retirando qualquer possibilidade da criação de novos **impostos**", esclarece o deputado.

3. Os prefeitos têm apoiado o PL?

Sim. De acordo com Sandro Mabel (União Brasil), prefeito de Goiânia e presidente da Comissão de Mobilidade Urbana da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o projeto é necessário.

"Ele também prevê a possibilidade de que o governo federal entre no financiamento do transporte coletivo urbano, o que não acontece atualmente.

Hoje, muitas cidades operam o transporte coletivo com subsídios, como é o caso do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Goiânia." Segundo Mabel, a região metropolitana de Goiânia é um modelo interessante.

"São 21 municípios que praticam a mesma tarifa de R\$ 4,30, com subsídios das prefeituras e do Estado de Goiás." 4. O que acontecerá depois da votação no plenário da Câmara?

Se aprovado no plenário da Câmara, devido às mudanças que foram feitas no texto original, o PL retomarão ao Senado para uma nova votação.

5. O projeto tem relação com o estudo sobre tarifa zero solicitado pelo presidente Lula no final de 2025?

De acordo com o relator José Priante: "O Marco Legal do Transporte Público tem relação com o debate sobre

tarifa zero porque ambos discutem mudanças na forma de organizar e financiar o transporte coletivo no Brasil". Segundo o deputado, "o PL propõe novas regras para o funcionamento do sistema, incluindo contratos, fontes de financiamento e a prestação do serviço". "Ao alterar essa estrutura, o texto cria condições para discutir modelos como a tarifa zero, já que muda a lógica de financiamento e reforça o transporte público como um direito social, o que já está garantido no artigo 6.º da Constituição Federal." Atualmente, 438 cidades oferecem algum tipo de gratuidade no transporte público. Destas, 256 têm subsídio parcial e em 182 a tarifa zero é integral.

6. Quais são os principais pontos positivos da proposta?

Em 2022, a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana havia desenvolvido uma nova proposta em relação ao texto de 2021 com a coordenação de um fórum nacional que produziu um documento submetido à consulta pública, que recebeu mais de 870 sugestões.

"O transporte coletivo urbano no Brasil perdeu relevância nos últimos 20 anos, enfrentando a concorrência do transporte individual e dos carros por aplicativos, o que resultou em perdas de representação", explica Francisco Christovam, diretor presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), que congrega 480 empresas operadoras associadas e 77 entidades filiadas.

"A pandemia agravou essa situação com uma queda de demanda e de arrecadação de até 80%, forçando as operadoras a dialogarem com os poderes concedentes, pois a receita das empresas depende 99% do pagamento da tarifa pelo usuário", comenta Christovam.

Por isso, é preciso buscar novas fontes de recursos, além do preço da tarifa cobrada do usuário, para oferecer um transporte melhor, mais atraente e mais barato.

Segundo o diretor da NTU, existem vários pontos positivos no PL. Um deles é estabelecer um marco jurídico-legal para o setor de transporte, separando a tarifa pública da tarifa técnica para possibilitar maior transparência e viabilizar fontes extratarifárias.

"Tarifa pública é aquela definida como um ato político e social pelo mandatário do serviço e tarifa técnica é a que remunera o serviço com base em todos os custos e insumos. A diferença entre elas é o valor do subsídio", explica o diretor da NTU. Ter isso bem claro permite a prefeitos e governadores decidirem o valor do subsídio a ser investido para manter o sistema em

operação.

No caso da cidade de São Paulo, a tarifa pública de ônibus é de R\$ 5,30, mas a tarifa técnica (de remuneração) é de cerca de R\$ 11 - o que faz com que a prefeitura da capital paulista aporte um subsídio anual de R\$ 6,5 a 7 bilhões.

"São Paulo consegue bancar essa diferença. Mas isso não acontece com todas as cidades grandes ou municípios médios do Brasil", analisa Christovam.

Outra novidade é que o sistema seja amplamente transparente, o que significa que o setor privado e o público deverão disponibilizar dados operacionais, econômicos e de balanço.

"O projeto também possibilita às autoridades trabalharem com receitas extratarifárias para abastecer um fundo de transporte e manter as tarifas mais módicas para o usuário", diz o executivo da NTU.

7. O que são receitas extratarifárias?

Segundo o artigo 29 do PL, são consideradas receitas extratarifárias aos serviços de transporte público coletivo: I Receitas de publicidade e direitos de nome nos veículos, terminais, estações, pontos de parada, entre outros; I Receitas imobiliárias ou de exploração de serviços comerciais nas estações ou em áreas contíguas às infraestruturas de transporte público; I Receitas oriundas da cobrança de estacionamento em áreas públicas e da taxa de estacionamentos privados; I Receitas decorrentes da cessão de terrenos públicos para construção de garagem; I Outras receitas definidas em contratos para operação dos serviços de transporte público coletivo e demais serviços correlatos ou em legislação e normas aplicáveis; I Oriundas da comercialização de créditos de carbono ou outros mecanismos de compensação ambiental.

8. Haverá um novo imposto sobre os combustíveis?

Não. O que o projeto propõe é destinar de forma obrigatória 60% da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) que incide sobre os combustíveis - o que já existe - para o transporte público.

O PL estabelece que 60% da arrecadação da Cide seja aplicada em áreas urbanas.

Pode ser em infraestrutura e em subsídio às tarifas do transporte público urbano.

9. As tarifas de ônibus, metrô e trem vão baixar?

Pode ser que sim. Mas não agora.

Segundo Rafael Calábria, pesquisador de Mobilidade do BRCidades, o novo marco legal também vai ajudar os municípios sobre como deve ser feita a gestão em relação à frequência dos ônibus e cobertura das linhas, atendendo todas as periferias da cidade e não apenas as regiões mais lucrativas para as empresas de transporte. "Haverá impactos positivos a médio prazo, pois leva-se um certo tempo até os municípios e Estados se organizarem e conseguirem reduzir as tarifas do transporte público", explica Calábria. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O aumento de novas fontes de renda e o consumo - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O consumo das famílias tem um papel de destaque no crescimento da economia brasileira nos últimos anos, especialmente no período entre 2021 e 2024. Nesses quatro anos, avançou a uma média anual de 3,85%, acima dos 3,6% da média do **PIB**. Novas fontes de renda ajudam a explicar esse desempenho do consumo privado, cujo ritmo arrefeceu em 2025 e pode ter alguma reaceleração em 2026, mas sem voltar ao ritmo de 2021 a 2024, dado o nível elevado dos juros e do endividamento das famílias, que tem provocado o aumento da inadimplência. Nesse cenário, a demanda das famílias deve passar de um crescimento na casa de 1,5% no ano passado para 2% neste ano.

O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, tem chamado a atenção para o salto nas novas fontes de rendimento de 2019 para cá. Nesses seis anos, surgiram 21,6 milhões fontes adicionais de renda, de acordo com levantamento de Montero. Em comparação a 2019, a economia tem mais 9,1 milhões de trabalhadores ocupados, mais 6 milhões de aposentados ou beneficiários de programas assistenciais, mais 5,5 milhões de beneficiários do Bolsa Família e mais 1 milhão de pessoas que recebem o seguro-desemprego (incluindo aí os pescadores que ganham o seguro-defeso). Montero faz a comparação com 2019 para tirar o impacto do auxílio emergencial dos anos da pandemia da covid-19, que começou em 2020.

Essa alta impressionante de fontes de rendimento é um dos fatores que sustentaram o crescimento mais forte após a pandemia. "Cada nova fonte de renda significa confiança para uma família e colateral [garantia] para um banco", diz Montero. Nesse sentido, uma nova fonte de renda não é apenas mais renda, afirma ele.

Com um novo emprego ou um novo benefício previdenciário ou assistencial, a família tem maior disposição para consumir, por ter mais confiança. Ao mesmo tempo, a renda serve como garantia para empréstimos. Nessas 21,6 milhões de fontes adicionais de rendimentos desde 2019, é possível que haja pessoas recebendo mais de um deles ao mesmo tempo - alguém pode ter conseguido um novo emprego e ter se aposentado, por exemplo. Eles não

são necessariamente excludentes.

No quarto trimestre de 2025, o total de trabalhadores ocupados chegou a 103 milhões, recorde na série histórica iniciada em 2012, refletindo a força do mercado de trabalho. Já o número de aposentados e pensionistas e beneficiários de programas assistenciais atingiu 41,6 milhões, e só não é maior porque há uma fila de cerca de 3 milhões de pessoas esperando benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O Bolsa Família, por sua vez, tinha em dezembro 18,7 milhões de beneficiários. Depois de atingir 21,6 milhões em 2022, o número recuou nos últimos três anos, devido a uma revisão mais rigorosa do cadastro, que tem levado à redução de famílias formadas por apenas uma pessoa, por exemplo. Já o seguro-desemprego alcançou 7,7 milhões de pessoas. Somando todos esses itens, são quase 171 milhões de fontes de renda, 21,6 milhões a mais que em 2019 e 140 mil a mais do que em 2024 - nesse caso, um aumento pequeno.

Os grandes agregados de renda cresceram muito nos últimos anos, nota Montero. Na média dos três meses até dezembro de 2025, a chamada Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, em seu conceito restrito, ficou 5,5% acima da média do mesmo período de 2024, descontada a **inflação**. Se comparada com a média do quarto trimestre de 2019, o aumento acima da **inflação** foi de 20%, segundo números do Banco Central (BC). Nesse conceito, estão incluídos rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais, excluindo recursos de aluguéis e aplicações financeiras e descontando os gastos com **impostos**. Na média dos últimos três meses de 2025, esse agregado atingiu R\$ 607,3 bilhões.

Essas novas fontes de renda e o aumento dos rendimentos das famílias têm hoje como contraponto o que se passa no crédito, o que segura uma alta mais forte do consumo, segundo Montero. A inadimplência atingiu o recorde de 4,2% em janeiro. Além disso, o endividamento das famílias em dezembro de 2025 (dado mais recente disponível) foi equivalente a 49,7% da renda anual, próximo do recorde de 49,9% de julho de 2022. Para completar, há um aumento da participação de linhas de maior risco, como cheque

especial e o rotativo do cartão de crédito.

Em resumo, esse impacto dos juros elevados sobre o crédito tende a frear em parte o consumo, ofuscando o efeito ainda positivo do mercado de trabalho sobre a renda. Com inadimplência em alta e o endividamento elevado se contrapondo à renda, o espaço para cortes da Selic pode ser maior do que se imagina, especialmente se o câmbio ficar comportado, avalia Montero. A inflexão dos juros, que deve começar com uma redução da taxa neste mês, ocorrerá num cenário em que as famílias estão mais endividadas.

Com isso, o consumo das famílias deve mostrar um crescimento mais modesto em 2025 e 2026 do que entre 2021 a 2024. Para o ano passado, o Bradesco estima uma expansão de 1,5% desse componente da demanda, esperando que o **PIB** tenha avançado 2,2%, números que serão conhecidos amanhã. Para 2026, o banco prevê um consumo das famílias crescendo 2,1%, acima do 1,5% projetado para o **PIB**. Além do impulso do mercado de trabalho, a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até

R\$ 5 mil e o aumento acima da inflação do salário mínimo poderão dar fôlego para a demanda das famílias, na visão do Bradesco. Não é um ritmo desprezível, mas o impacto da renda encontra na situação do crédito um contraponto que tira parte do ímpeto do consumo, como aponta Montero.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
O aumento de novas fontes de renda e o consumo

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

GPA negocia dívida de R\$ 900 milhões com debenturistas

Adriana Mattos De São Paulo

O GPA, dono do Pão de Açúcar, está em negociação para a rolagem de uma dívida de cerca de R\$ 900 milhões com debenturistas de uma emissão de títulos de 2024, com vencimento parcial em julho. A depender do avanço dessas conversas, a expectativa é que outros acordos possam ser destravados.

Paralelamente, a empresa deve ter a saída de caixa, em março, de cerca de R\$ 170 milhões a serem pagos à Casas Bahia por causa da perda de um processo arbitral que era contabilizado apenas como efeito a longo prazo. O vencimento é até o dia 11, apurou o Valor.

A respeito do acordo com os debenturistas, neste momento, a ideia não é recorrer a outra linha de crédito para arcar com os pagamentos, mas buscar um alongamento dos passivos, dizem fontes.

Em dezembro, o montante somava R\$ 890 milhões, com vencimento em 29 de julho, e refere-se a

a a

2 série da 20 emissão (paga CDI + 1,65% ao ano). A emissão total é de R\$ 1,4 bilhão. Segundo fontes a par das conversas, se essa negociação com debenturistas avançar, a principal do ano, outros credores podem ir buscando um acordo - há outro valor em aberto em 2026.

Trata-se da 1a série da 18a emissão, a vencer em 10 maio (pagando CDI + 1,70% ao ano), com parcela em aberto no valor de R\$ 436 milhões, e emissão total de R\$ 1,5 bilhão.

Sobre ambas as transações, o GPA negociou para que fosse suspenso o risco de vencimento antecipado da soma das debêntures se as dívidas líquidas superarem o patrimônio líquido até 2027.

Além disso, foi acertada uma nova definição de lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) consolidado, um indicador gerencial usado como geração de caixa.

O Valor apurou que os debenturistas solicitaram, em conversas na segunda metade do ano passado, uma

versão de Ebitda mais conservadora, com inclusão do montante de arrendamento de imóveis.

Ainda foi negociado que parte de gastos com despesas de reestruturação também entre no cálculo do indicador. Sobre essa soma, a empresa vinha considerando como não recorrente de forma integral no balanço, e essa linha tem sido frequente nos balanços pelas reestruturações há anos consecutivos na rede varejista.

"O grupo acertou para que fosse suspenso o risco de vencimento antecipado das debêntures caso as dívidas líquidas da rede superem o patrimônio porque esse critério já não era bom para a empresa, e os investidores pediram essa mudança no cálculo do Ebitda", disse uma fonte.

Foi por causa disso que, nas tratativas com os investidores, ainda foi necessário definir novos limites na relação Ebitda versus dívida líquida, já que o Ebitda ficaria mais pressionado. O limite anterior era de 3,25 vezes, pelas escrituras das emissões. No terceiro trimestre de 2025, por exemplo, ficou acertado limite de cinco vezes. Daqui em diante, esse índice vai variar, até o fim de 2028, de 3,25 a 3,75 vezes.

Entre as dúvidas relacionadas com a situação do GPA, entre a gestão anterior e a atual, no comando há dois meses, há questionamentos em relação à rápida deterioração do capital de giro.

A empresa passou a ter capital circulante negativo em 2025, com risco para a continuidade operacional. Com isso, os recursos de curto prazo não são suficientes para quitar as obrigações imediatas.

No caso do GPA, o índice de liquidez corrente (dos compromissos de curtíssimo prazo) passou de 0,96 em 31 de dezembro de 2024 para 0,83 em 31 de dezembro de 2025. Isso significa que, para cada

R\$ 1 de dívida, a rede tinha R\$ 0,83 em recursos para pagá-las - uma piora em relação aos R\$ 0,96 de um ano antes. O indicador estava em R\$ 1,21 no fim de 2023.

Portanto o agravamento do quadro de liquidez não aconteceu em dois ou três trimestres, mas vem de dois anos para cá, porque o GPA foi tendo que pagar

muita dívida e o caixa não sustentou a pressão, pelo que a própria rede diz em seu formulário de referência de 2024, quando o índice ficou abaixo de 1 pela primeira vez.

O problema veio da redução do recursos disponíveis que foram sendo "engolidos" pelos passivos - esse caixa diminuiu mais de 30%, passando de R\$ 3,8 bilhões em 2023 para R\$ 2,6 bilhões em 2024, em razão dos pagamentos de empréstimos e financiamentos.

Já em 2024 a empresa pagou R\$ 2,6 bilhões em passivos (o dobro de 2023) e gastou mais R\$ 1 bilhão em juros das dívidas (foram R\$ 730 milhões em 2023), mostram as demonstrações financeiras. Naquele momento, a empresa já tinha como principal controlador o grupo Casino.

Paralelamente, ainda havia dis

cussão em torno dos passivos de curto prazo. Apesar dessa variação no caixa, a administração ainda dizia na época que mantinha "um alto nível de disponibilidade financeira" frente ao cenário de curto prazo, como consta no formulário de referência de 2024. Só que isso foi secando em 2025 e os vencimentos em 12 meses duplicaram.

Em 31 de dezembro de 2024, a posição de caixa atingiu os R\$ 2,63 bilhões, 3,1 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 850 milhões. Um ano depois, o caixa e equivalentes havia caído mais de R\$ 600 milhões, para R\$ 1,99 bilhão, para uma dívida de curto prazo que dobrou para R\$ 1,7 bilhão - o nó central das contas do GPA hoje.

A empresa vendeu lojas, farmácias, postos e até a sede para fazer caixa e melhorar a sua estrutura de capital, com a entrada de R\$ 4 bilhões em três anos, segundo levantamento do Valor nos balanços de 2022, 2023 e 2024. Em 2025, essa conta somou apenas R\$ 96 milhões. Somado a isso, ainda houve a escalada da taxa de juros no período, para 15% ao ano, que elevou os custos financeiros anuais pagos.

Ainda há nessa conta passivos de longo prazo que tiveram que entrar agora como pagamentos que não se esperava. O Valor apurou que a empresa perdeu em dezembro processo arbitral relacionado a obrigações trabalhistas e cíveis assumidas da antiga Globex, hoje Casas Bahia, quando comprou a rede.

Tratava-se de saldo referente a indenização por perdas e danos. Em dezembro houve publicação da sentença em uma das arbitragens, em formato definitivo, para pagamento de cerca de R\$ 170 milhões, e que antes era passivo classificado como

dívida de longo prazo.

Considerando todo esse cenário, a empresa admite a necessidade de ajustes e reforço de liquidez, "por meio de medidas que estão sendo avaliadas e/ou implementadas, de modo a atender às necessidades das operações", diz no formulário de referência publicado dia 25 de fevereiro. Tais ações, em diferentes estágios de implementação, integram o plano contínuo de gestão financeira e têm por objetivo fortalecer sua posição de caixa, equilibrar o capital circulante e assegurar maior flexibilidade para o cumprimento de suas obrigações.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Parabéns - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

As pessoas idosas parabenizam o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) pela excelente e oportuna ação de constituir o Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa. A iniciativa do Tribunal vem ao encontro dos anseios desse grande contingente de pessoas que cresce de forma célere no Estado e necessita do apoio incondicional da Justiça. Os eventos já realizados demonstram que resultados efetivos e positivos serão alcançados, voltados à atenção, à promoção e ao respeito dos direitos da pessoa idosa, confirmando-se a importância e valor do segmento na sociedade, fortalecendo os laços que devem existir entre todos: solidariedade. Que esta ação do TJPA se estenda e se fortaleça por todo o território nacional.

CPMI/INSS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta de Senadores da República e Deputados Federais, constituída para apurar as irregularidades cometidas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra aposentados e pensionistas, ao que parece, está mais para pugilato do que apurar os fatos ocorridos naquele Instituto, responsável pela arrecadação financeira e pagamento dos benefícios concedidos aos mantenedores- beneficiários. É lastimável se ver na imprensa fotografias de parlamentares se agredindo mutuamente, sem observar que ali estão em defesa dos direitos das cidadãs e cidadãos brasileiros que lhes concederam mandato legislativo para legislar e não para brigar, demonstrando desrespeito ao voto de confiança que receberam.

APROVAÇÃO

O Projeto de Lei nº4434/2008, repetimos, já aprovado no Senado Federal com o número 58/2003, e na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, por unanimidade, precisa ser encaminhado ao plenário da Câmara para apreciação, julgamento e aprovação. O projeto dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com vinculação à Seguridade Social, esta criada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compondo-se das áreas de saúde, assistência social e previdência social. A aprovação pelos deputados federais é o que esperam aposentados e

pensionistas.

DEFASAGEM

A defasagem, ou seja, a redução nos proventos das aposentadorias e pensões dos mantenedores- beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acontece desde setembro de 1991, governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, quando se processou a desvinculação do reajuste anual com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. A correção desse malfeito é imperativa para o restabelecimento da qualidade de vida de milhões de cidadãs e cidadãos brasileiros, punidos irregularmente por ação de governo sem qualquer justificativa plausível. Aposentados e pensionistas, segurados do INSS, aguardam que, neste governo, se regularize definitivamente essa situação.

ENVELHECIMENTO

Julgamos oportuno e pertinente divulgar os artigos 8º, 9º e 10º da Lei nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa: "O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social. É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis". Estes dispositivos são essenciais e devem ser aplicados para proteção integral às pessoas idosas.

LEGISLAÇÃO

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas entendem e avaliam que a legislação existente para a Política Nacional em seu favor está condizente com a realidade, faltando apenas por parte das autoridades constituídas o seu cumprimento. Se aplicados todos os dispositivos constantes das Leis nº8.842/94 - Política Nacional da Pessoa Idosa e nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa e mais do Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional da Pessoa Idosa, nada faltará para satisfazer as necessidades inerentes e próprias que surgem para o envelhecimento que todos almejam em viver bem, com saúde, feliz e desfrutando dos prazeres da vida.

ENRIQUECIMENTO

"Enriquecemo-nos pelo que damos, não pelo que temos" (Coelho Neto)

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Escalada na tensão global

A eclosão de um conflito direto entre as forças dos Estados Unidos e do Irã no último dia de fevereiro de 2026 marca o fim de uma era de contenção e o início de uma jornada imprevisível para a segurança global.

Quando duas potências com capacidade bélica expressiva se colocam em rota de colisão, o mundo inteiro sente os efeitos - seja nos mercados, seja na segurança, ou na política. O que antes eram ameaças retóricas e sanções econômicas evoluiu para ofensiva militar aberta, justificando-se sob a bandeira da "mudança de regime" e da neutralização das ambições nucleares de Teerã.

A decisão da Casa Branca de autorizar bombardeios contra o aparato militar iraniano e instalações de mísseis coloca o Oriente Médio em um estado de alerta extremo. O objetivo declarado de "arrasar a indústria de mísseis" do Irã carrega o risco de uma escalada no conflito. O Irã, embora sob forte pressão econômica interna e protestos populares, detém uma estrutura de segurança resiliente e uma rede de aliados regionais capaz de transformar um ataque em uma guerra regional prolongada.

Diante da morte do seu líder supremo, Ali Khamenei, o Irã prometeu "a maior ação ofensiva da história da República Islâmica".

O presidente Donald Trump rebateu e afirmou que os Estados Unidos atacarão o Irã com "uma força nunca antes vista", caso haja retaliação.

A ampliação do conflito pode comprometer rotas estratégicas de energia, pressionar o preço do petróleo e, por consequência, alimentar a **inflação** em diversos países. Qualquer abalo tende a repercutir de forma imediata nos custos de transporte, na produção industrial e no poder de compra das populações.

A principal arma de Teerã não é apenas o seu arsenal de drones, mas a geografia.

O Estreito de Ormuz, por onde transita 20% do petróleo mundial, está sob ameaça direta de fechamento ou bloqueio parcial.

Analistas já projetam o barril de Brent batendo nos US\$ 100 caso a interrupção no fornecimento se prolongue.

No campo diplomático, o conflito impõe desafios adicionais. O Brasil, historicamente, defende soluções

negociadas e o fortalecimento do multilateralismo.

Em meio à polarização crescente no cenário internacional, manter uma postura equilibrada, comprometida com o diálogo e com o direito internacional torna-se tarefa delicada. O Itamaraty já condenou os ataques e pediu a proteção de civis. O desafio será equilibrar as relações com os EUA sem sacrificar parcerias comerciais estratégicas no Oriente Médio e nos Brics.

O momento exige prudência e responsabilidade das lideranças globais. A diplomacia não é sinal de fraqueza, mas instrumento essencial de contenção de danos e construção de estabilidade. A história demonstra que conflitos prolongados raramente produzem vencedores claros; ao contrário, deixam um rastro de perdas humanas, econômicas e institucionais.

Para o Brasil e para o mundo, a escalada entre Estados Unidos e Irã é um lembrete contundente de que a paz internacional é um ativo frágil.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/02/all.pdf>

Petróleo pode ultrapassar US\$ 100 com tensão EUA-Irã e pressionar inflação

ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE/NOVA YORK / COLABORARAM ALEXANDRE ROCHA E GUILHERME NANNINI

Os preços do petróleo podem subir para uma faixa de US\$ 80 a US\$ 100 por barril em meio aos desdobramentos das tensões entre os Estados Unidos e o Irã. Após os ataques que no sábado mataram o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo iraniano, o Estreito de Ormuz, por onde passa mais de 20% do petróleo do mundo, foi fechado pelo governo iraniano. A reação dos preços já se mostrou na abertura do mercado, na Ásia, ontem à noite.

Por volta das 20h30 (horário de Brasília), o West Texas Intermediate (WTI), tipo de petróleo produzido nos EUA, estava sendo negociado a cerca de US\$ 72,78 o barril, para contratos do próximo mês. Essa cotação é um salto de 8,6% em relação à de sexta-feira (cerca de US\$ 67). Já os futuros do petróleo Brent para o próximo mês disparavam ainda mais, 9,1%, a US\$ 79,52.

A cotação do Brent já havia fechado a semana, na sexta-feira, perto da máxima em sete meses, a cerca de US\$ 73 por barril. O avanço reflete o maior prêmio de risco político embutido nos preços, diante do reforço militar dos EUA no Oriente Médio. Analistas de Wall Street projetam o petróleo a US\$ 80, mas alertam para cotações ainda mais altas caso a tensão entre EUA e Irã aumente e o conflito se prolongue.

RISCO GEOGRÁFICO. O Estreito de Ormuz conecta grandes produtores do Golfo, como Arábia Saudita, Irã, Iraque e Emirados Árabes Unidos, ao Golfo de Omã e ao Mar Árábico.

O Barclays avalia ser "muito possível" que o preço do petróleo suba a US\$ 100 o barril - ou mais -, caso ocorram grandes interrupções por conta do fechamento do Estreito de Ormuz ou impactos a campos petrolíferos sauditas. "Seria difícil substituir grande parte desse fornecimento por semanas e talvez meses, mesmo considerando os oleodutos na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos", disse o analista Ajay Rajadhyaksha, em nota a clientes, no sábado.

Nigel Green, fundador e CEO do deVere Group, disse que uma interrupção sustentada de até 1 milhão de

barris por dia representaria cerca de 1% do fornecimento global. "Seria suficiente para alterar os balanços em um mercado já precificado para crescimento moderado na demanda." Analistas afirmam que a reação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) ao conflito será determinante para o nível dos preços da commodity (matéria-prima cotada em dólar).

O grupo, que se reuniu ontem, anunciou aumento de produção.

Eles decidiram retomar a reversão gradual dos cortes voluntários de produção e estabeleceram um ajuste de 206 mil barris por dia (BPD), a ser implementado em abril.

A decisão foi tomada em reunião virtual entre representantes da Arábia Saudita, da Rússia, do Iraque, dos Emirados Árabes Unidos, do Kuwait, do Cazaquistão, da Argélia e de Omã, que revisaram as condições do mercado global e o cenário de baixos estoques de petróleo. Relatos da imprensa indicaram que o bloco chegou a considerar um aumento maior na oferta, de cerca de 411 mil BPD.

Informações de bastidores sugerem que Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos já vinham ampliando exportações para mitigar possíveis interrupções no fornecimento decorrentes do conflito.

Quanto aos impactos econômicos, analistas temem que o aumento dos preços do petróleo pese na **inflação** dos EUA e do restante do mundo, reduza o ritmo de crescimento e adie a flexibilização monetária de alguns bancos centrais.

O Brasil é um dos países esperados para começar a cortar os juros em 2026 - antes dos ataques do sábado, a previsão era de que o movimento começasse na reunião de março. Por sua vez, o mercado precifica chances majoritárias do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) voltar a baixar suas taxas a partir de junho.

William Jackson, da Capital Economics, disse que, como regra geral, um aumento anual de 5% nos preços do petróleo adiciona cerca de 0,1 ponto porcentual à **inflação** média das principais economias.

"Portanto, um aumento do Brent para US\$ 100 por barril poderia adicionar 0,6 a 0,7 ponto porcentual à inflação global." Os preços do gás natural provavelmente também aumentariam.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas calculam alta de 2,3% no PIB de 2025

Anaís Fernandes e Marta Watanabe

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve ter repetido, no quarto trimestre de 2025, o crescimento fraco de 0,1% dos três meses imediatamente anteriores, confirmando a desaceleração da economia pelos efeitos da política monetária apertada e fechando o ano passado com alta de 2,3%, após subir 3,4% em 2024.

As expectativas representam as medianas das projeções de mais de 70 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor. Para o primeiro trimestre de 2026, é esperado reaquecimento da atividade, com alta de 0,8%. Ainda assim, o ano encerraria com nova desaceleração, para 1,8%.

Na comparação com o quarto trimestre de 2024, é esperada alta de 1,8%, com as estimativas variando de 1,3% a 2,9%.

Para o período de outubro a dezembro de 2025, as estimativas variam de queda de 0,2% a crescimento de 0,8%. Já para o ano passado fechado, as projeções vão de 2% a 2,6%.

Os resultados oficiais do **PIB** no quarto trimestre de 2025 e no ano cheio serão divulgados pelo IBGE nesta terça-feira, 3, às 9h.

Se confirmada a projeção mediana de 2,3% para o **PIB** em 2025, será o desempenho mais fraco desde a queda de 3,3% em 2020, com o choque da pandemia de covid-19.

"O quarto trimestre reflete o efeito da política monetária se materializando ao longo do ano passado. Tivemos um primeiro trimestre mais forte, com contribuição grande do **PIB** agro, e, depois, foram três trimestres de crescimento bem lento, abaixo do potencial e próximos de zero", afirma Luis Cezario, economista-chefe da Asset 1. "Vale lembrar que, no ano passado, a execução fiscal tornou-se menos expansionista, o que também ajudou a esfriar a demanda doméstica", acrescenta.

Ele recorda que o crescimento do **PIB** foi de 1,5% no primeiro trimestre de 2025, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, mas passando para 0,3% no segundo e 0,1% no terceiro. "Tem o

efeito do aperto monetário que vai se transmitindo com as defasagens usuais e que tem um efeito cumulativo", afirma Cezario, ao esperar um **PIB** estagnado no quarto trimestre de 2025. "A projeção pontual é zero, com risco de ser um pouquinho acima, algo entre 0,1% e 0,2%", aponta.

Pelo lado da oferta, de acordo com a mediana da pesquisa, a agropecuária e a indústria devem registrar quedas de 1,3% e 0,3% no quarto trimestre, respectivamente, ante o terceiro, quando subiram 0,4% e 0,8%, pela ordem.

Diego Martins Silva, gerente de análise macroeconômica da Petros, que espera queda de 0,1% para a indústria no quarto trimestre de 2025, diz que ela deve ter sido pressionada, sobretudo, pela de transformação. "Nesse setor, os destaques negativos são os segmentos de bens de capital e a construção civil", afirma.

No caso da indústria, se confirmada a expectativa mediana, seda

rá a primeira queda trimestral desde os três últimos meses de 2022, quando recuou 0,6%.

"Eu diria que 2025 foi um ano de regularização. Como se imaginava, o último trimestre foi de desaceleração mais forte da atividade, isso já era bem projetado. Em alguns setores, aconteceu de forma mais forte do que muita gente

projetava, principalmente na indústria", diz Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

Na indústria, afirma, houve impacto das tarifas dos Estados Unidos. "Alguns setores que realmente não conseguiram mais manter o nível que tinham antes das tarifas de 50% que surgiram em julho", diz, citando móveis e máquinas como exemplos de segmentos "bem prejudicados".

Já a agropecuária é desfavorecida, no quarto trimestre de 2025, pela base de comparação elevada dos meses anteriores, segundo André Nunes de Nunes, economista-chefe do Sicredi, mas ele diz que sua contribuição ao **PIB** fica mais clara na avaliação interanual.

Além disso, no ano, a agropecuária deve voltar a crescer a dois dígitos, 11% pela mediana, após recuar 3,7% em 2024. Já a indústria deve desacelerar a alta para 1,6% em 2025, de 3,1% no ano anterior. "O agro teve um ano muito bom e é um setor que consegue trazer muito recurso, aumentar a produtividade", diz Cruz.

Em outro sentido, ainda pela ótica da oferta, os serviços devem subir 0,5% no quarto trimestre de 2025, mais do que o 0,1% do terceiro trimestre. "Os serviços seguem como o principal motor da atividade", diz Silva, da Petros.

No ano, porém, os serviços devem apresentar desaceleração forte, para 1,8%, de 3,8% em 2024. Se confirmada a expectativa mediana para 2025, será o pior desempenho dos serviços desde o tombo de 3,7% em 2020, com a pandemia.

"Eu diria mais que, nos serviços, foi um ano de normalização, assim como 2024", afirma Cruz.

Pelo lado da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no **PIB**, deve cair 1,2% no quarto trimestre de 2025, em relação aos três meses imediatamente anteriores, enquanto o consumo do governo recua 0,1%. No terceiro trimestre, a FBCF havia crescido 0,9%, e a administração pública, 1,3%.

O consumo das famílias, por outro lado, deve reacelerar para 0,3% no quarto trimestre de 2025, ante o terceiro, quando subiu 0,1%, mas ainda abaixo das altas de 0,6% do primeiro e do segundo trimestre.

"As vendas de dezembro foram negativas. O consumo das famílias deve ter crescimento de apenas 0,06% na nossa visão. Ele foi estufado em novembro pelas promoções, mas caiu em dezembro", diz Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do BRP. Essa perspectiva mais conservadora para o consumo, junto com a expectativa de quena agropecuária, faz o BRP estar em uma ponta mais pessimista das projeções de **PIB**, esperando queda de 0,2% no quarto trimestre de 2025, ante o terceiro.

No ano fechado, todos os componentes da demanda devem apresentar desaceleração ante 2024: o consumo das famílias para 1,5%, de 5,1%, o consumo do governo para 1,7%, de 2%, e a FBCF para 3,7%, de 6,9%.

Para Nunes, do Sicredi, a FBCF conta com contribuição de uma parte relacionada a ativos fixos, com investimentos em softwares e tecnologias, que faz com que os investimentos sejam mantidos em certo patamar apesar da alta taxa de juros. "Há uma

reformulação de cadeias globais e houve também investimentos que já tinham sido contratados, o que levou a um movimento inercial de uma economia que cresceu por muito tempo numa taxa elevada. A desaceleração acaba acontecendo de uma forma muito mais lenta", afirma.

Ainda assim, para Cruz, nos investimentos, o país não conseguiu dar o salto de que precisava. Segundo ele, as empresas têm dito que não foi possível manter o ritmo inicialmente planejado de investimentos por causa do pagamento de juros mais altos. "A despesa financeira foi um grande entrave do **PIB** ano passado", afirma.

No caso do consumo das famílias e no do governo, se confirmados os números esperados para 2025, serão os piores resultados para cada segmento desde as quedas de 4,6% e de 3,7%, pela ordem, em 2020, por causa da pandemia.

"De forma geral, temos a demanda doméstica vindo mais fraca, e isso reflete a política monetária", afirma Cezario, da Asset 1.

Por fim, o setor externo dará uma contribuição positiva para o **PIB** no quarto trimestre de 2025 e no ano, já que as exportações devem rodar acima das importações. A mediana indica crescimento de 2,2% das exportações no quarto trimestre do ano passado, ante o terceiro, enquanto as importações devem cair 0,3%. Em 2025, as exportações subiriam 5,5%, mais do que o 2,8% de 2024, e as importações, 4,9%, muito aquém dos dois dígitos (15,6%) do ano passado.

Em uma ponta mais otimista, projetando alta de 0,4% para o **PIB** do quarto trimestre de 2025, Nunes cita a influência dessa parte não cíclica do **PIB** como as exportações. "Quando olhamos exportações, indústria extrativa e agropecuária, todos eles têm surpreendido um pouco para cima nos dados dos últimos trimestres. Acreditamos que isso não será diferente no fim de 2025", afirma.

Para Cruz, apesar da desaceleração, 2025 não foi um ano ruim. "Depois de alguns anos com **PIB** crescendo em 3%, recuar para algo em torno de 2,5% não é o pior dos casos", afirma. Ele projeta **PIB** de 0,1% no quarto trimestre de 2025, em linha com a mediana, mas diz esperar alguma revisão para cima nos trimestres anteriores.

Rocha, do BRP, espera crescimento de até 2,6% em 2025 e também diz que o ano foi "bastante positivo como um todo", apesar de sua visão mais conservadora para o último trimestre.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Ataque dos EUA ao Irã terá impactos na economia global (Editorial)

As incursões militares do presidente Donald Trump abrem um novo capítulo no Irã e no mundo sem um ditador sanguinário, mas levantarão novas incertezas econômicas globais. Ataques aéreos conjuntos de EUA e Israel, dois dias após uma rodada de negociações com o país, mataram o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, o líder da poderosa Guarda Revolucionária, Mohammed Pakpour, e outros chefes militares. Trump conclamou o povo iraniano a "tomar o governo em suas mãos", disse que a ofensiva militar durará "o tempo que for necessário" enquanto mísseis e drones iranianos alvejavam Bahrein, Emirados Árabes, Catar, Israel e Kuwait. O fluxo de cargueiros no Estreito de Ormuz, no sul do Irã, por onde transitam 20% do petróleo mundial, cessou.

O mundo sem Khamenei está melhor, mas a ação de Trump lança o Oriente Médio em destino desconhecido e não garante o fim do regime de terror iraniano. No Irã, pelo menos 7 mil pessoas foram assassinadas em protestos recentes. Durante as mais de quatro décadas em que comandou o país, financiou o terror pelo mundo, da Argentina à Europa, sem falar de Israel.

Trump mostrou preferência por ataques aéreos fulminantes, sem deslocamento de tropas para áreas de intervenção. Atos de força irrestrita, como a captura de Maduro, na Venezuela, foram suficientes para levar a casta do regime chavista a um acordo com os EUA pelo qual permaneceriam no poder. Demonstrações desse poder ofensivo no Irã podem não ter o mesmo efeito. Mas há divergências entre facções na Guarda Revolucionária, e uma saída "pelo alto", como na Venezuela, ainda é possível. Trump disse ontem que o governo interino iraniano reivindicou negociação, sinal de fraqueza esperado, com o qual concordou.

Uma resistência prolongada, no entanto, coloca problemas difíceis de resolver para os EUA. Se Teerã fechar o Estreito de Ormuz e bombardear países vizinhos e cargueiros de petróleo, fracassará a tática de Trump de vencer a guerra apenas pela esmagadora hegemonia do poder aéreo. Nenhuma das intervenções anteriores na região, todas mal-sucedidas, prescindiu de tropas de ocupação no terreno. Pesquisa recente da YouGov mostrou que só 27% dos americanos apoiavam uma ofensiva militar contra o regime dos aiatolás. Não há também o apoio bipartidário, como o reunido por George W. Bush para

atacar o Iraque.

Com a perspectiva de caos em alta e do fornecimento do petróleo em xeque, ondas de turbulência atingirão a economia mundial. Sem resolução rápida do conflito, as cotações do óleo podem chegar a US\$ 100 o barril ou mais, segundo analistas. Na guerra dos 12 dias, em junho, o barril do Brent subiu para US\$ 80 (hoje está em US\$ 73). As consequências para a economia global seriam menor crescimento, mais inflação, juros maiores e dólar em alta.

Com o petróleo a US\$ 100 o barril, analistas estimam que a inflação global em um ano suba 0,7 ponto percentual. Economistas do Barclay's calculam que a cada 10% de aumento das cotações, a economia americana crescerá menos 0,1 a 0,2 ponto percentual em 12 meses. O dólar terá um impulso maior, de 0,5 a 1 ponto percentual de valorização (Financial Times, ontem). Os bancos centrais teriam mais um fator de incerteza a acrescentar, especialmente o Federal Reserve. A balança das ações do banco tem pendido para a suposta fraqueza do mercado de trabalho e poderá se deslocar para o lado da inflação, que chegaria a 4% com a barril a US\$ 120. O corte de juros seria interrompido, com estímulo à alta do dólar. Os efeitos gerais de um choque no petróleo seriam estagflacionários (menor expansão com inflação).

As consequências podem não ser tão intensas, porém. O Irã produz pouco mais de 3% da oferta global (3,45 milhões de barris por dia) e a Opep, organização do cartel do petróleo, decidiu ampliar em 206 mil barris/dia sua produção, para evitar a disparada das cotações. Em seu primeiro governo, Trump desmanchou o Plano de Ação Global Conjunta, de 2015, o acordo feito pelos EUA, membros do Conselho de Segurança da ONU e Irã para monitorar o processo de enriquecimento do urânio e evitar que o país atingisse nível capaz de permitir a fabricação de artefatos nucleares.

Com negociações, seria possível hoje fazer novo acordo com um esquema de vigilância mais severo que deixasse o governo do Irã com margem política para não significar capitulação. Trump fechou as portas ao exigir o desmantelamento completo do programa. A ofensiva militar subsequente é um salto no escuro.

O Brasil controla o preço doméstico do petróleo, e os repasses de eventuais altas não são imediatos. O maior canal de transmissão para a economia brasileira das turbulências é o financeiro, em que a alta do dólar frearia a queda em curso da inflação e levaria o Banco Central a rever o ritmo de redução das taxas de juros.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Guerra eleva incertezas e amplia busca por ativos seguros

Os ataques combinados dos Estados Unidos e de Israel ao Irã escalaram rapidamente a tensão geopolítica global neste fim de semana. Embora o mercado já tivesse elevado as proteções nos últimos dias, com a alta do dólar e do ouro na sexta-feira, profissionais ouvidos pelo Valor destacam que a deflagração do conflito de fato eleva as incertezas de agentes financeiros, o que deve alimentar uma corrida por ativos considerados seguros, como a moeda americana, títulos públicos dos EUA e metais preciosos.

Ao mesmo tempo em que cresce a busca por segurança, a depender da dimensão que o conflito alcançar nos próximos dias e dos efeitos disso sobre o petróleo e o câmbio, há chances de que o Banco Central (BC) possa ter que ajustar o ciclo de cortes de juros programado para este ano.

O especialista em câmbio e analista da Genial Investimentos Luan Aral afirma que sites de apostas utilizados por investidores, como o Polymarket, já precificavam chance expressiva de um ataque dos EUA ao Irã no sábado. Mas o conflito ganhou contornos mais sérios no domingo, com a morte do líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, durante ataques dos EUA e de Israel, o que deverá ter efeito direto sobre os preços nesta segunda-feira.

"O mercado de apostas e previsões já entendia que haveria um ataque contra o Irã e uma retaliação. O mercado já antecipou durante a semana e se protegeu, mas a situação escalou bastante e a tendência agora não é de melhora. É de piora", completa Aral.

O primeiro efeito da escalada foi sentido nos preços de petróleo, em um contrato futuro da commodity que é negociado no fim de semana e chegou a subir mais de 7%. Na reabertura do mercado na noite de domingo, o Brent subia mais de 10%, acima de US\$ 80 o barril.

No estreito de Ormuz, por onde passa 20% da oferta global de petróleo, o fluxo de embarcações de maior porte caiu de forma drástica desde sábado, conforme agências de notícias. Com a possibilidade de bloqueios, os preços do barril devem continuar a subir, o que pode gerar efeitos inflacionários.

"Petróleo é uma commodity extremamente

sensível à instabilidade geopolítica, especialmente quando envolve Oriente Médio, EUA ou Israel", diz Daniel Toledo, especialista em negócios internacionais e geopolítica do petróleo.

Ontem, a Opep+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados) anunciou que, após o início do conflito, aumentará a produção de petróleo em 206 mil barris por dia em abril.

Outro efeito imediato do aumento das incertezas no mercado

"Como o gringo está muito no "trade" de emergentes, pode ser que o real e a bolsa recebam fluxo pelo viés de commodities" Fernando Fontoura

é a procura maior por ativos considerados seguros. "A tendência natural é que se procure refúgio em ouro, dólar e franco suíço, em detrimento de ativos vistos como de risco, como o real e ações em geral. Esse é o primeiro impacto de curto prazo", diz o presidente do conselho de administração da Constância Investimentos, Cassiano Leme.

O ponto é que uma apreciação do dólar frente ao real, juntamente com uma alta nos preços de petróleo, poderia afetar diretamente a **inflação** e levar a mudanças no plano de voo do BC para os juros. "O petróleo é uma variável sensível e um dos componentes importantes para a **inflação** no varejo e no atacado aqui no Brasil", diz Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos.

"Se a gente vir um impacto nesses índices nas próximas semanas, isso, no limite, pode fazer com que o Banco Central mude o "pace" [ritmo] do arrefecimento monetário programado para 2026", acrescenta o executivo, embora pondere que ainda é cedo para estimar os desdobramentos da guerra.

Eventuais mudanças na magnitude ou na extensão do ciclo de cortes do BC tendem a favorecer investimentos de renda fixa em detrimento da variável. "Por isso, a gente vê bolsas terem uma reação mais negativa. Curvas de juros sobem e tem aquele movimento tradicional de ir para moedas mais seguras, como dólar, iene e franco suíço", acrescenta o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo

Cruz.

Embora a reação tradicional seja um aumento da busca por proteção, o que pode fortalecer o dólar frente a outras moedas, há quem não descarte eventuais surpresas em virtude de a divisa brasileira ser ligada a commodities.

"É difícil dizer se o que vai falar mais alto é o tradicional "risk-off " [aversão a risco], em que o real sofreria, ou se esse elemento de commodities vai acabar tendo um efeito contrário e vai balancear [e favorecer o real]", avalia o sócio-fundador e gestor de renda variável da Persevera Asset Management, Fernando Fontoura.

Nesse sentido, o executivo da Persevera observa que o Brasil

poderia até se beneficiar com um certo fluxo de investidores estrangeiros. "Como o gringo está muito no "trade" de mercados emergentes e de Brasil, pode ser que tanto o real como a bolsa recebam um pouco de fluxo pelo viés de commodities."

O gestor, no entanto, diz que vai esperar um pouco para, eventualmente, fazer mudanças na carteira. "A gente não antevê fazer grandes movimentações. Vamos ver os desenvolvimentos dos eventos e as reações dos mercados para identificar os bolsos de extrema alavancagem e entender onde eles vão baixar risco."

Ainda que o ambiente seja de maior aversão a risco, Mello, da SulAmérica, lembra que a alta nos preços de petróleo tende a favorecer empresas ligadas a commodities. Enquanto isso, na ponta contrária, o executivo afirma que empresas aéreas podem ser negativamente afetadas por serem mais sensíveis a um avanço nos preços da commodity. (Colaborou Rita Azevedo)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Inquérito das fake news completa sete anos contestado

Laura Lopes De São Paulo

Instaurado no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, o inquérito das fake news completa sete anos neste mês e, na avaliação de especialistas ouvidos pelo Valor, deveria ter sua validade novamente submetida à análise no plenário da Corte. A leitura é de que a apuração teve seu objeto ampliado e modificado ao longo dos anos sob a relatoria de Alexandre de Moraes, e, com isso, o aval dado inicialmente pelos ministros, não contemplaria a atual abrangência e os contornos assumidos pela investigação.

O procedimento jurídico foi instaurado de ofício (sem provocação do Ministério Público) em 14 de março de 2019 pelo então presidente do Supremo, Dias Toffoli, com o objetivo de investigar divulgação de notícias fraudulentas e ataques contra o STF. Agora, voltou ao debate após Moraes utilizá-lo para determinar que a Polícia Federal (PF) cumprisse quatro mandados de busca e apreensão contra servidores da **Receita Federal** no Rio de Janeiro, em Salvador, em Guarujá e em São José do Rio Preto.

A decisão foi tomada em meio a suspeitas de acesso indevido a dados da mulher de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes. A atuação de Viviane ganhou atenção devido ao contrato de cerca de R\$ 130 milhões que seu escritório de advocacia assinou com o Banco Master.

A medida, tomada a partir de uma representação da Procuradoria-Geral da República (PGR), foi adotada no âmbito de investigação que apura possíveis vazamentos de dados sigilosos de cerca de 100 pessoas junto ao Fisco e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entre elas ministros do STF e outras autoridades.

"Eu diria que o inquérito tem alguns problemas de legalidade, sobretudo, agora nesses últimos desdobramentos, ainda que o STF tenha reconhecido a sua validade no passado", avalia Luiz Fernando Esteves, professor de direito do Insper.

O docente acredita que, neste momento, o mais prudente seria Alexandre de Moraes levar a discussão sobre a validade das investigações ao plenário, para que seus colegas possam se manifestar novamente:

"Os ministros validaram o inquérito que tinha 'x' como objeto. Agora, o inquérito tem 'y' como objeto. É difícil dizer que aqueles ministros que validaram o inquérito lá atrás estão colocando a digital deles no que o Alexandre de Moraes está fazendo agora", justifica.

Como mostrou o Valor, alguns dos integrantes do STF divergiram sobre a ordem de Moraes que mirou a Receita e disseram que a decisão é ampla demais e não tem base

legal. O destino do inquérito também divide o Supremo. Na quinta-feira, o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, defendeu o inquérito das fake news e disse que o Tribunal é alvo de uma "narrativa de deslegitimação". Na semana passada, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu ao presidente do Tribunal, Edson Fachin, a adoção de medidas para concluir "inquéritos de natureza perpétua".

"Não estamos mais discutindo aqui fake news contra os ministros do STF. Estamos discutindo se houve ou não vazamento de informações e se o vazamento foi feito de modo a tentar prejudicar a imagem dos ministros. Aí é outra história", diz Esteves, a respeito da investigação sobre funcionários do Fisco.

O professor do Insper completa que "se o ministro do STF se diz vítima de crime, ele deve fazer como todos nós faríamos: narrar esse crime para a polícia, e a polícia deve iniciar as investigações".

No mesmo sentido, Lucas Catib de Laurentiis, professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que têm sido feitos paralelos frágeis entre o que motivou a abertura do inquérito e a situação atual. Na avaliação do especialista, embora seja possível traçar uma semelhança formal entre a divulgação de informações no passado e os episódios mais recentes, os contextos são distintos.

"Antes, as milícias digitais divulgavam informações sigilosas e privadas dos ministros do Supremo para tentar provocar um dano existencial à Corte. Não é a mesma coisa que está acontecendo agora, quando existe uma apuração sobre questões que, eventualmente, podem configurar algum ilícito praticado pelos ministros do Supremo e por seus familiares. Não é uma perseguição institucional, está

se falando de uma exigência de transparência da conduta deles [ministros]", analisa Laurentiis em referência ao caso do Banco Master.

Desde 2019, as investigações alcançaram figuras do mais alto escalão de poder da República, como o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados políticos, além de empresários, como o dono da Havan, Luciano Hang, e até o Partido da Causa Operária (PCO). Dentre as medidas mais polêmicas, houve o caso de censura contra reportagens do site O Antagonista e a revista Crusoé, que ligavam Dias Toffoli à empreiteira Odebrecht.

Atualmente, o inquérito, que foi apelidado por críticos e bolsonaristas de "inquérito do fim do mundo", ainda se encontra entre as fases de coleta de provas e análise de evidências. Na semana passada, Moraes sinalizou a colegas do Supremo que pretende deixar o inquérito aberto até 2027, algo que Esteves, do Insper, classifica como "estranho".

"O inquérito serve para fazer investigações. É difícil você antecipar quando é que essas investigações vão acabar. Vai continuar para investigar o quê?", questiona. "É estranha essa manutenção do inquérito, que dá poderes ao ministro Alexandre de Moraes, dado que ele continua relator do caso."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Em clima de comício, Flávio ataca Lula em manifestação esvaziada

Em clima de comício, lideranças da direita brasileira, entre eles o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ), participaram ontem de um ato com público reduzido na Avenida Paulista, em São Paulo, que teve ataques ao presidente Lula e ao Supremo Tribunal Federal (STF), além de pedidos de liberdade para Jair Bolsonaro. Estiveram na manifestação outros dois pré-candidatos ao Palácio do Planalto: os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União).

Último a falar do alto do caminhão de som e principal estrela do evento, Flávio viveu seu primeiro ato de larga escala desde que foi definido como presidenciável. O senador buscou a todo momento atacar Lula e compará-lo ao pai, a fim de indicar a suposta superioridade do bolsonarismo.

- Eu aprendi honestidade em casa, porque sou filho do Bolsonaro e não do Lula. O filho do Lula agora é acusado de estar na Europa gastando o dinheiro dos nossos aposentados. Oseudinheiropodeestar na conta do filho do Lula lá na Suíça. E nós, o povo, vamos tirar essa corja de Brasília - disse, em referência ao escândalo do INSS.

Também como ensaio eleitoral, Flávio fez acenos a setores da sociedade como as mulheres e os jovens, antes de alegar que Bolsonaro foi mais generoso com o Bolsa Família - muitas vezes criticado pela família dele no passado - do que Lula, que tem o programa como marca histórica.

- Para você que recebe o Bolsa Família: na época do Bolsonaro, no meio da pandemia, para que as pessoas tivessem o que comer, ele passou o Bolsa Família para R\$ 600, quem era mãe solo ganhava em dobro, o Bolsonaro estendia a mão para as pessoas que mais precisavam -disse.

O ato contou com 20,4 mil pessoas, conforme estimativa do Monitor do Debate Político, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), coordenado por Pablo Ortellado e Márcio Moretto, da USP, em parceria com a ONG More in Common. Dentre as manifestações já contabilizadas pelo grupo de pesquisa no mesmo local, a de ontem registrou o segundo pior público da série histórica. A última manifestação bolsonarista em São Paulo havia sido realizada no 7 de setembro do ano passado e

agrupado 42,2 mil pessoas.

Além do teor eleitoral, Flávio defendeu o impeachment de ministros do STF, embora tenha evitado citar nomes.

- Todos nós somos favoráveis ao impeachment de qualquer ministro do STF que descumpra a lei. Isso só não acontece hoje porque ainda não temos a maioria no Senado, mas o povo brasileiro vai ter a oportunidade de escolher candidatos que se comprometam com o resgate da nossa democracia - apontou. - O nosso alvo nunca foi o Supremo, nós sempre dissemos que o Supremo é fundamental para a democracia. Mas estão destruindo a democracia, a pretexto de defendê-la, para atingir Jair Bolsonaro.

Responsável pela convocação dos atos, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que inicialmente queria que as manifestações incluíssem o ataque a ministros do STF como pauta central, foi um dos poucos a nomear alvos da Corte durante discurso. Ele pregou o "fora (Alexandre de) Moraes" e disse que "o destino" do magistrado é a cadeia. Outro a endurecer contra o tribunal foi o pastor Silas Malafaia, como de costume. Além de São Paulo, ocorreram manifestações ontem em pelo menos 33 cidades do país, entre elas 21 capitais.

Vários parlamentares que subiram no trio fizeram alusão às eleições de outubro. Nikolas afirmou que "tirar o PT neste ano não é responsabilidade apenas de um homem", olhando para Flávio. Entre os manifestantes, havia quem usasse bonés com o bordão "Flávio Bolsonaro 2026", e a chegada do senador, que estava com colete à prova de balas, foi a mais celebrada pelos apoiadores. Ao fim do ato, quando o filho de Bolsonaro acenou do trio elétrico, ouviu gritos animados de "mito", mesmo adjetivo que bolsonaristas usam para o pai.

Caiado, por sua vez, acenou ao público ao prometer "anistia plena e irrestrita" aos condenados pelos atos golpistas, incluindo Jair Bolsonaro, caso seja eleito presidente. Ele exaltou os dados de segurança pública de Goiás, disse que "lá é segurança plena" e que tem a melhor polícia "porque ela não usa câmara", afirmando que assim será no Brasil se chegar ao Planalto. Já Romeu Zema teceu um discurso antissistema e se concentrou em criticar os "intocáveis" de Brasília. Na Europa a trabalho, o

governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não compareceu.

O prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), também adotou tom de comício ao citar Flávio, destacando que "o time está escalado". Na sexta, o prefeito almoçou com o senador e anunciou apoio ao filho do ex-presidente.

- O Flávio está escalado, o time está sendo montado e agora a gente está em jogo para ganhar de lavada e fazer uma grande vitória. Eu vou estar aqui trabalhando duro, o time está instalado, o Flávio está escolhido e vamos com tudo para resgatar o nosso país -disse.

Dos Estados Unidos, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro participou do ato com uma breve mensagem por videoconferência, na qual falou explicitamente sobre eleger o irmão Flávio para "conseguir a justiça".

Principal alvo dos ataques, Lula foi criticado sobretudo em relação às políticas de segurança pública, com menção frequente a uma pesquisa que mostrou que cerca de 31 milhões de brasileiros vivem em regiões sob domínio do crime, e com os dados sobre roubos de celular no país - mais de 850 mil casos em 2024.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comissões que miram Master viram vitrine eleitoral para senadores

Murillo Camarotto e Gabriela Guido

O escândalo do Banco Master proporcionou a senadores em fim de mandato a oportunidade de ampliar a exposição pública a poucos meses de eleições que prometem ser disputadas voto a voto. Na presidência ou na relatoria de comissões criadas originalmente para investigar outros casos, esses parlamentares conseguiram adaptar o objeto dos trabalhos, a fim de abarcar as fraudes bilionárias do banco de Daniel Vercaro.

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do crime organizado, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) deve enfrentar uma disputa acirrada em Sergipe. Além dele, o senador Rogério Carvalho (PT) tentará renovar o mandato. Entre os desafiantes estão o deputado Rodrigo Valadares (União), o ex-deputado André Moura (União) e o ex-prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira (PDT).

Vieira, a priori, estaria na chapa do governador Fábio Mitidieri (PSD), mas desentendimentos na composição do grupo o obrigaram a tocar a campanha como independente. Ainda assim, ele garante que irá apoiar a reeleição do governador. "Acredito que é o melhor para o Estado", disse. Vieira reconhece, contudo, a força dos adversários e pode ter na CPI um ativo eleitoral importante.

Eleito em 2018 na onda do bolsonarismo, Vieira rompeu com o ex-presidente Jair Bolsonaro já no início do governo, justamente quando defendia uma CPI para investigar os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que ficou conhecida como "Lava-Toga". Bolsonaro articulou politicamente contra a comissão, mas o senador sergipano manteve as críticas ao Judiciário como uma das principais marcas do seu mandato.

Vieira comemorou na semana passada quando a CPI aprovou a quebra de sigilo da Maridt Participações, empresa ligada à família de Toffoli, bem como a convocação dos irmãos do ministro. As duas decisões foram derrubadas pelo STF. O senador lamentou a decisão, que classificou como "flagrante absurdo", e prometeu recorrer.

Presidente da CPI relatada por Vieira, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) tem uma postura mais à

esquerda, mas não deixa de desagradar o próprio grupo político para endurecer o discurso da segurança pública. Apesar de não fazer

críticas contundentes ao STF, não costuma agir para barrar medidas que possam irritar o Tribunal.

A renovação do mandato do petista também está longe de ser confortável no Espírito Santo. No mesmo campo, ele pode ter que disputar com o governador Renato Casagrande (PSB). Outro possível candidato competitivo ao Senado é o ex-governador Paulo Hartung (PSD). A extrema-direita deve ter o senador Marcos do Val (Pode) e o deputado Evair de Mello (PP), ambos bolsonaristas.

Contarato entende que a CPI do crime organizado identificou relação entre a sua investigação e o caso Master, o que justifica o novo foco dos trabalhos. "O colegiado firmou

entendimento quanto à existência de nexo causal entre a investigação do Master e o plano de trabalho aprovado, que prevê a apuração do uso de instituições financeiras pelo crime organizado", disse.

O comando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também não perdeu a oportunidade de explorar a repercussão do caso Master. O presidente do colegiado, senador Carlos Viana (PodeMG), tem pela frente uma reeleição incerta em Minas. Ele deve concorrer como independente, ou seja, sem vinculação direta com nenhum candidato ao governo.

Viana deve ter como principais adversários o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), a prefeita de Contagem, Marília Campos (PT), e o ex-deputado Marcelo Aro (PP), que foi secretário do governador Romeu Zema (Novo). Um candidato do bolsonarismo também vai entrar na disputa, mas ainda não houve definição.

Para se cacifar, Viana tenta ampliar por mais 60 dias a duração da CPMI, que chegou a convocar Vercaro para depor. O banqueiro só não compareceu porque obteve uma liminar do ministro André Mendonça, do STF, que o dispensou do compromisso. Procurado, ele não retornou.

A CPMI do **INSS** tem outro personagem envolvido em disputas renhidas para o Senado em outubro. O deputado bolsonarista Alfredo Gaspar (União-AL) aparece como um nome competitivo na eleição em Alagoas, onde lideranças como Renan Calheiros (MDB) e Arthur Lira (PP) já anunciaram suas pré-candidaturas. Além deles, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), é outro que pode entrar na briga.

No entorno do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é pré-candidato à Presidência da República, a avaliação é de que Gaspar seria o único postulante que trabalharia com afinco para eleger o filho do ex-presidente. Procurado, ele disse que está muito envolvido com a

CPMI e que só agora passará a avaliar o cenário eleitoral, mas que deve mesmo concorrer ao Senado.

A situação considerada mais tranquila no meio alagoano é a de Renan. Ainda assim, ele tem se desdobrado à frente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), especialmente no grupo criado para investigar as fraudes do Master. Após muita negociação, Vercaro vai prestar depoimento à CAE em 10 de março, no que promete ser um momento de grande repercussão para o senador.

Além de garantir a própria reeleição, um dos principais objetivos de Renan é minar o terreno entre Lira e o Senado. Juntamente com a decisão sobre a candidatura do prefeito de Maceió, o surgimento de novidades sobre os negócios de Vercaro pode ajudar na estratégia, dizem aliados do senador. Interlocutores de Lira afirmam que Renan não quer investigar nada a "sério" e que faz uso político da CAE para tentar "expor seus desafetos".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

INSS recupera R\$ 561 milhões com ações regressivas contra empresas

Arthur Rosa De São Paulo

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) conseguiu arrecadar, desde 2010, um total de R\$ 561,8 milhões, em valores históricos, com ações regressivas, ajuizadas para recuperar gastos com benefícios previdenciários gerados, principalmente, por acidentes de trabalho. O valor foi alcançado graças ao alto índice de vitórias nas disputas judiciais com empregadores. No Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), por exemplo, chegou a 96% do total de casos.

A política de cobrança foi implantada pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) - órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) responsável pela defesa do **INSS** - em meados de 2008. Desde então, mais de seis mil ações foram ajuizadas - 155 no ano passado, com valor total de R\$ 54,8 milhões. A **Previdência Social** exerce seu direito de regresso (cobrança do que teria sido pago indevidamente), previsto na Lei no 8.213, de 1991, quando entende haver negligência por parte do empregador.

Nas defesas apresentadas, as empresas argumentam que é ilegal exigir um direito de regresso contra quem já paga um seguro - o Risco Ambiental do Trabalho (RAT) -, criado para cobrir as despesas da **Previdência Social** com benefícios. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), porém, já há entendimento contrário aos empregadores.

Para os ministros, o recolhimento do seguro "não impede a cobrança pelo **INSS**, por intermédio de ação regressiva, dos benefícios pagos ao segurado nos casos de acidente de trabalho decorrentes de culpa da empresa por inobservância das normas de segurança e higiene do trabalhador" (AgInt no AREsp 1604767).

Esse entendimento fortalece a estratégia adotada pela AGU e garante a alta taxa de sucesso no Judiciário. Levantamento feito pelo órgão mostra que, entre 2017 e 2021, a menor taxa de sucesso foi de 76%, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O cálculo foi feito sobre 131 processos finalizados (transitados em julgado) no período.

No TRF-1 (incluindo as ações de Minas Gerais, hoje de responsabilidade do TRF-6, inauem 2022) e TRF-3,

as taxas alcançadas foram de 83% e 80%, respectivamente. No período, 78 processos foram finalizados no TRF-1, e 83 no TRF-3.

Marcel Cordeiro, do escritório Miguel Neto Advogados, destaca que a jurisprudência é a favor da União porque "a maioria esmagadora das empresas não tem conseguido provar que tem investido em segurança e medicina do trabalho como deveriam".

O montante arrecadado pelo **INSS**, até então, diz o advogado, não é tão representativo frente ao déficit da **Previdência Social**, que está na casa dos bilhões de reais. "Mas a AGU costuma afirmar que política das ações regressivas não foca em dinheiro, mas no efeito pedagógico. Para que as empresas invistam em segurança."

Antes de ajuizar as ações regressivas, a PGF tenta reunir provas da culpa dos empregadores nos acidentes de trabalho. De acordo com a Equipe de Ações Regressivas da PGF, são realizadas várias diligências prévias, o que inclui até pesquisas em reclamações trabalhistas movidas pelas vítimas ou por seus dependentes (em caso de morte do segurado) contra as empresas, em que se discute a responsabilidade pelos acidente de trabalho.

A conta pode ser grande para os empregadores. Há ações coletivas em que se busca o ressarcimento de benefícios pagos a vários trabalhadores de uma empresa. Na 2ª Vara Federal de Santo André (SP), por exemplo, o **INSS** pediu o ressarcimento de 77 benefícios por incapacidade temporária concedidos a empregados de uma fabricante de pneus que ficaram doentes. O caso já foi finalizado, segundo a PGF, e prossegue para cumprimento da sentença, que determinou o pagamento de R\$ 16,7 milhões.

Em recurso ao TRF-3, a empresa tentou questionar o direito de regresso e argumentar que o **INSS** teria perdido o prazo para requerer a devolução dos benefícios pagos, que seria, a ser ver, de três anos. Porém, os desembargadores da 1ª Turma destacaram, no julgamento, que o STJ firmou seu entendimento de que aplicase ao caso o prazo prescricional de cinco anos, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, em detrimento do prazo de três anos disposto no Código Civil.

Para os desembargadores, "diante do conjunto probatório acostado aos autos, resta comprovado que a empresa foi responsável pela ocorrência das doenças ocupacionais, em razão de não ter observado as normas padrões de segurança e saúde". E acrescentam: "O ambiente de trabalho não era seguro, ocasionando a possibilidade real de acidente de trabalho."

Eduardo Ubaldo, sócio do Ubaldo Rabelo Advogados, diz que "a tendência é que tais demandas se tornem cada vez mais comuns". No início do ano passado, acrescenta, foi editada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma norma que passou a prever a obrigatoriedade da notificação à AGU de decisão que identifique uma conduta culposa do empregador em caso de acidente de trabalho ou doença ocupacional (Ato Conjunto nº 4/TST.CSJT.GP.CGJT).

"Essa formalização da comunicação, antes uma recomendação, fatalmente potencializará a capacidade de a União ajuizar ações regressivas, buscando o ressarcimento dos custos previdenciários decorrentes desses eventos", afirma o advogado. "Além disso, num

país que convive com um crônico problema de financiamento da Previdência, é de supor que a AGU siga ajuizando ações dessa natureza por uma razão simples e pragmática: os recursos obtidos com as condenações são recolhidos diretamente para o caixa geral da Previdência."

Ubaldo acrescenta que, hoje, não basta ao empregador cumprir as normas de segurança no trabalho, "é preciso cercar-se de evidências documentais que comprovem a prevenção, o fornecimento de equipamentos, o treinamento dos colaboradores etc." "O simples fornecimento de equipamentos de proteção individual [EPIs] aos seus empregados pode não ser suficiente. É preciso comprovar que o funcionário foi submetido a treinamento sobre o uso correto do EPI."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

INSS recupera R\$ 561 milhões com ações regressivas contra empresas

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Brasileiro acima dos 50 que mora em periferia vive mais, trabalha por mais tempo e sustenta economias locais (mercado de trabalho)

Cristiane Gercina

Gabriela Cecchin

O brasileiro acima dos 50 anos das classes C, D e E está vivendo mais e se mantendo por mais tempo no mercado de trabalho, nem sempre por opção, mas por necessidade. Apesar de ter renda baixa é, em muitos lares, o provedor da família e sustenta economias locais em comunidades das periferias.

Esses são os principais resultados do estudo "Velhices Periféricas: o descompasso entre os tempos de viver, trabalhar, cuidar e sustentar", realizado pela data8, empresa de pesquisa e inteligência de mercado voltada para o comportamento do consumidor.

Para chegar a esse diagnóstico, a equipe do data8 reuniu dados coletados em pesquisas quantitativas e qualitativas sobre comportamento, consumo, saúde, trabalho, cuidado e tecnologia entre brasileiros 50+ das classes C, D e E, e aprofundou o levantamento com entrevistas presenciais na Grande SP.

A aposentadoria é a principal fonte de renda para apenas 3 em cada 10 cidadãos acima de 50 anos nessas classes sociais, diz o estudo. O percentual dos que têm o benefício previdenciário -seja do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou do setor público- como a maior renda na casa é de 34%. Os demais trabalham.

Entre os aposentados da classe D, 52% seguem no mercado. O trabalho autônomo é central: 41% vivem dessa modalidade, e só 2% têm acesso à previdência privada.

Para chegar a esse diagnóstico, a equipe do data8 reuniu dados coletados em pesquisas quantitativas e qualitativas sobre comportamento, consumo, saúde, trabalho, cuidado e tecnologia entre brasileiros 50+ das classes C, D e E e aprofundou o levantamento com entrevistas presenciais na Grande SP.

A renda média mensal é baixa, de cerca de R\$ 1.600 entre as classes C e D -contra R\$ 7.800 nas classes A e B-, mas eles movimentam cerca de R\$ 180 bilhões nas comunidades em que vivem. "Os dados apontam para uma geração que mantém a economia girando enquanto envelhece com menos saúde, renda e proteção social", diz o estudo.

Segundo a pesquisadora Adriana de Queiroz, administradora pública e uma das coordenadoras do levantamento, sabe-se que o dinheiro nas comunidades circula -são cerca de R\$ 300 bilhões por ano- e esse estudo mostra que são os mais velhos que têm sustentado essa economia, mesmo sem ter renda alta ou algum patrimônio maior.

"A gente sabe que as classes C e D consomem sem ter acesso a produtos financeiros; eles reclamam que não se sentem reconhecidos pelas marcas e produtos, mas compram muito, compram eletrônicos, remédios, alimentos", diz Adriana. "Eu acho essa questão das finanças importante, porque 15% não têm acesso a nenhum produto financeiro, nem ao crédito consignado", afirma ela.

"A gente vem acompanhando esse público na série Brasil Prateado e o que chamou a atenção foi que há um descompasso entre os grupos, conforme a classe social. A gente percebeu que esse grupo [classes C, D e E] têm uma velhice muito específica", diz ela.

Entre as pessoas acima de 50 anos das classes C e D, 55% são mulheres. O percentual sobe para 59% na classe D. Cerca de 70% se autodeclaram pretas ou pardas e 43% ajudam financeiramente filhos e netos. A fé -sobretudo evangélica- organiza os valores e o cotidiano de 31% desse grupo.

Adriana afirma que o envelhecimento em comunidades no Brasil tem rosto: são mulheres, que se autodeclaram pretas e pardas, vivem em residências com seus filhos e netos, sustentam as famílias por várias gerações, mas se sentem solitárias e acabam

sendo apoiadas pela religião ou o entorno, não pela família.

"A família, muitas vezes, não está presente porque os filhos também trabalham. Elas sentem que, apesar de tudo o que fizeram, o retorno não vem quando precisam. Elas deveriam estar ganhando de volta tudo o que deram para a sociedade", afirma Adriana, lembrando do mapa da desigualdade no que diz respeito à expectativa de vida entre regiões .

"A expectativa de vida no Alto de Pinheiros [bairro nobre da capital paulista] é de 82 anos e no Anhanguera [zona norte], de 58."

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Aposentada há mais de três décadas, Ruth Baili Leite, 77, cuida da neta de cinco anos os pais da menina, divorciados, estão trabalhando. A avó busca a neta na escola, faz comida, ajuda na lição de casa e a leva nas aulas extracurriculares de karatê e ginástica .

As duas se divertem, segundo Ruth. "Ela é a luz da casa. Eu cuido dela desde que tinha sete meses, fico com ela o dia inteiro", conta a aposentada, que, apesar de morar com outra filha, prefere fazer tudo por conta própria, desde ir ao shopping até cumprir tarefas domésticas .

Ruth trabalhou por 28 anos na área de exportação da Volkswagen, onde se aposentou no início dos anos 90. Após a aposentadoria, continuou trabalhando na mesma área em outras empresas por mais de 20 anos. "Por mim eu voltaria. Trabalhar é vida. Você vê gente, conversa com gente, é muito melhor", diz.

Maria da Graça Genésio, 73, foi esteticista em salões de beleza quando mais jovem, e decidiu montar seu próprio estúdio de estética em sua casa em Osasco (SP) depois que se aposentou, há cerca de dez anos, devido ao apego que criou com suas clientes. "Se chegar o dia de eu ter que falar para minhas clientes que não vou mais atender, acho que vou sentir mais do que elas", diz.

A esteticista tem três filhas, sete netos e cinco bisnetos, mas hoje mora sozinha. Ela conta que cuidou de uma das suas netas dos três anos de idade até o casamento, depois que a mãe dela, filha de Graça, foi viver no interior de São Paulo.

O casal Jesus de Paula, 80, e Helena Santos, 79, trabalha com o que gosta e não pretende parar. Jesus trabalhou a vida toda como metalúrgico na

Volkswagen e se aposentou há mais de 20 anos, mas seguiu sua paixão por música e hoje dá aulas de violão e viola.

"Eu dava aula de canto também, mas o médico me proibiu depois que eu perdi dois terços das cordas vocais. Para alunos novos, as aulas funcionam a cada 15 dias. Os mais experientes só vêm uma vez por mês", explica.

Helena revende roupas que garimpa em brechós e bazares. Nascida na zona rural, nunca trabalhou fora e não conseguiu se aposentar. Ela também cuida dos afazeres domésticos. "Duas coisas que eu adoro na minha vida é vender e fazer faxina. Sou uma faxineira de mão cheia, não gosto de bagunça", diz.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/03/brasileiro-acima-dos-50-que-mora-em-periferia-vive-mais-trabalha-por-mais-tempo-e-sustenta-economias-locais.shtml>

Quando começa a declaração do Imposto de Renda de 2026? Veja prazos para declarar

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2026 (ano-base 2025) deve começar em março, seguindo o calendário oficial da **Receita Federal** dos últimos anos. Com o período de envio se estendendo até o final de maio, é recomendado que os contribuintes organizem comprovantes de rendimentos antecipadamente. Antecipar o envio do IRPF 2026 não apenas evita a correria de última hora, mas também coloca o cidadão nos primeiros lotes para receber a restituição.

Apesar do período do IR ainda não ter começado, o informe de rendimentos - documento que os empregadores e o **INSS** precisam entregar aos trabalhadores e aposentados ou pensionistas - vai sair mais cedo este ano. A data limite para a entrega do comprovante é sempre até o último dia útil do mês de fevereiro. Em 2026, o dia 28 de fevereiro cai num sábado. Por isso, na prática, o prazo será adiantado em um dia, para 27 de fevereiro.

"O comprovante deverá ser fornecido até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do pagamento dos rendimentos ou por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, se esta ocorrer antes da referida data", disse a **Receita Federal** em nota.

A data também se aplica a bancos, corretoras de valores e operadoras de saúde. E também ao **INSS**, no caso dos rendimentos de aposentados, pensionistas e quem recebe outros benefícios previdenciários, como auxílio-doença. Respeitar o prazo é importante porque a entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) costuma ter início em março.

Trabalhadores com carteira assinada devem receber o documento da empresa contendo todas as suas fontes de renda, como salários, bônus e comissões. Os bancos informam em seus documentos os rendimentos com aplicações financeiras.

O informe deve conter o nome do contribuinte, CPF, descrição dos rendimentos, valores tributáveis e descontos do **INSS**. A **Receita Federal** utiliza esses dados para cruzar informações e identificar possíveis casos de sonegação. Inconsistências podem levar à malha fina.

Vale lembrar que, como o informe é referente ao ano-

base 2025, não há isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, nem desconto progressivo para aqueles que têm vencimentos mensais entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350. Isso porque, a Lei nº 15.270/2025 entrou em vigor apenas em janeiro deste ano.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2026/03/02/quando-comeca-a-declaracao-do-imposto-de-renda-de-2026-veja-prazos-para-declarar.ghml>